

## “E EU, QUEM CUIDA?” O SOFRIMENTO PSÍQUICO DAS MÃES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Rhayssa Mendes Martins<sup>1</sup>  
Alcione Januária Teixeira da Silveira<sup>2</sup>

alcionevertice@gmail.com

**ÁREA DO CONHECIMENTO:** Ciências Sociais e Aplicadas

### RESUMO

Os cuidadores principais de crianças e adolescentes com deficiência são predominantemente mulheres e enfrentam condições mais adversas do que aqueles responsáveis por crianças sem deficiência. Entre os desafios relatados estão altos níveis de desgaste físico e emocional, isolamento social e exposição a fatores de risco mais intensos, atribuídos à convivência frequente com o sofrimento dos filhos, ao sentimento de impotência e à dedicação constante às tarefas de cuidado. O objetivo deste trabalho foi analisar os impactos emocionais vivenciados por mães de crianças com deficiência, identificando como esses fatores influenciam seu bem-estar e qualidade de vida. O presente artigo tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa através de observação. Os resultados revelam que, apesar da dedicação intensa aos filhos, essas mulheres não recebem o suporte necessário das redes institucionais e familiares, o que agrava seu sofrimento e contribui para uma experiência de vida marcada pela solidão e pelo esquecimento de si. Considera-se urgente a construção de políticas públicas e práticas profissionais que considerem essas mães como sujeitos de cuidado, oferecendo espaços de escuta, acolhimento e fortalecimento emocional que rompam com a lógica de invisibilidade em que estão inseridas.

**PALAVRAS-CHAVE:** mães de crianças com deficiência; sofrimento psíquico; saúde mental.

### 1 INTRODUÇÃO

A Resolução nº 23/2022 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabelece diversas especializações dentro da profissão, incluindo a Psicologia Escolar e Educacional. A partir disso, o CFP esclarece que o psicólogo escolar e educacional trabalha com processos de ensino e aprendizagem em diferentes modalidades do sistema educacional, bem como em espaços educativos de caráter não formal. Para isso, propõe intervenções psicológicas que consideram as particularidades do corpo docente, do alunado, das diretrizes institucionais, dos materiais pedagógicos, das

<sup>1</sup>Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

<sup>2</sup>Psicóloga; Doutoranda em Educação; Mestre em Educação; Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

interações interpessoais e de outros elementos que compõem o ambiente escolar. Além disso, trabalha de forma colaborativa em equipes multidisciplinares, contribuindo para a elaboração, implementação e revisão de currículos, projetos pedagógicos, políticas educacionais e diretrizes institucionais, com o objetivo de aprimorar o processo educativo (CPF, 2022).

Dentre os diversos contextos em que o psicólogo escolar pode atuar, destaca-se a educação especial, que demanda intervenções adaptadas às necessidades dos estudantes. Nesse sentido, instituições como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) representam um campo significativo para o trabalho da Psicologia Escolar e Educacional, uma vez que tem como objetivo promover o bem-estar, a autonomia, o fortalecimento de vínculos e a saúde emocional das pessoas com deficiência intelectual e múltipla atendidas pela instituição. Para isso, os psicólogos desempenham diversas funções, incluindo atendimentos individuais e em grupo, intervenções em sala de aula, avaliações, orientações a familiares, empresas parceiras e profissionais (Marx; Fregonesi; Oliveira, 2023).

Por trás de cada aluno atendido por instituições como a APAE, existe uma rede familiar que também vivencia desafios intensos. Quando uma família recebe o diagnóstico de deficiência de um filho, vivencia um momento de ruptura com as expectativas anteriormente construídas. A segurança e clareza sobre os papéis familiares são abaladas, surgindo mudanças comportamentais marcadas por sentimentos como culpa, rejeição, negação e desespero. Esses sentimentos podem alterar profundamente as dinâmicas familiares e a organização interna do grupo. Após o nascimento, é comum que se inicie um processo emocional semelhante ao luto não pela criança real, mas pela idealização de um filho considerado perfeito e saudável (Milbrath *et al.*, 2010).

Nesse contexto, a atenção oferecida tende a se concentrar exclusivamente na condição clínica da criança, como se essa fosse a única questão relevante. Com isso, o cuidado se direciona prioritariamente à melhora do estado de saúde infantil, enquanto as necessidades emocionais e psicológicas da família especialmente da mãe são frequentemente ignoradas. A ela resta, muitas vezes, o papel de cuidadora e responsável por seguir as orientações dos profissionais, sem receber suporte para lidar com suas próprias demandas subjetivas (Gondim *et al.*, 2009).

Diante da relação de dependência com os filhos e do papel de cuidadoras que lhes é socialmente atribuído, muitas mães acabam negligenciando seu próprio bem-estar. O amor profundo e a pressão social, que frequentemente marginaliza e exclui, contribuem para que elas vivam em função das necessidades da criança, o que leva ao sofrimento e à perda de si mesmas. Desde o nascimento do filho com deficiência, essa autonegação tende a se intensificar e se estender ao longo da vida. Assim, a identidade dessas mulheres como indivíduos é, muitas vezes, obscurecida, ficando reduzida apenas à função materna (Guerra *et al.*, 2015).

O trabalho em questão é justificado pela experiência de estágio do curso de Psicologia, a qual envolveu a observação dos serviços oferecidos em uma instituição voltada à educação especial e ao cuidado de pessoas com deficiência, a APAE, na qual foi possível acompanhar de perto não apenas as práticas voltadas aos usuários, mas também os impactos emocionais enfrentados por suas famílias.

Nossa hipótese para essa questão é que o sofrimento psíquico das mães de crianças com deficiência é significativamente ampliado por um conjunto de fatores sociais, culturais e estruturais. Dentre esses fatores, destacam-se as questões patriarcais que perpassam a sociedade, onde o papel de cuidadora é quase exclusivamente atribuído à mulher. Essa responsabilidade, contribui para a invisibilidade do sofrimento dessas mulheres, que, ao assumirem sozinhas o cuidado de seus filhos, têm suas necessidades emocionais muitas vezes ignoradas. Como resultado, as mães acabam internalizando o papel de cuidadoras, enquanto suas próprias angústias, medos e frustrações permanecem sem a devida atenção.

O objetivo deste trabalho foi analisar os impactos emocionais vivenciados por mães de crianças com deficiência, identificando como esses fatores influenciam seu bem-estar e qualidade de vida.

Trabalhos como este são fundamentais para destacar a necessidade urgente de uma mudança nas abordagens de cuidado, que envolvam não apenas o paciente, mas também seus familiares, especialmente as mães, que frequentemente carregam o peso emocional e físico dessa responsabilidade. A visibilidade do sofrimento psíquico dessas mulheres é essencial para que o sistema de saúde, as políticas públicas e as práticas profissionais reconheçam as necessidades das mães

de crianças com deficiência, criando espaços de acolhimento, escuta ativa e suporte emocional.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O cuidado com familiares e parceiros é historicamente atribuído às mulheres como se fosse algo natural ao seu gênero. Esse processo, reproduzido por normas sociais há muito estabelecidas, constrói uma realidade que se distancia das escolhas individuais e passa a ser percebida como imutável (Guedes; Daros, 2009).

Cruz *et al.*, (2019) investigaram a participação de 23 pais de crianças diagnosticadas com microcefalia associada ao vírus da Zika. A pesquisa revelou que muitos desses homens nunca haviam desempenhado tarefas básicas de cuidado, como dar banho (30%), escovar os dentes da criança (52%) ou trocar fraldas (26%). A atividade com maior frequência de participação foi carregar a criança no colo ou ajudar na locomoção (65%). Várias tarefas práticas de cuidado eram pouco assumidas, 52% nunca prepararam refeições, 35% raramente acompanharam consultas médicas ou terapias, e 22% nunca participaram dos cuidados noturnos. Observou-se que o envolvimento paterno era mais comum em atividades de lazer e interação social, enquanto os cuidados diretos ficavam majoritariamente sob responsabilidade das mães.

A partir do estudo de Oliveira, Ferreira e Neto (2018), os cuidadores principais de crianças e adolescentes com deficiência predominantemente mulheres (88,4%) enfrentam condições mais adversas do que aqueles responsáveis por crianças sem deficiência. Entre os desafios relatados estão altos níveis de desgaste físico e emocional, isolamento social e exposição a fatores de risco mais intensos, atribuídos à convivência frequente com o sofrimento dos filhos, ao sentimento de impotência e à dedicação constante às tarefas de cuidado.

Silva e Dessen (2011) apontam que, diante das exigências específicas de cada deficiência, essas mães vivenciam altos níveis de estresse, isolamento social e comprometimento de seus projetos pessoais e profissionais. De forma semelhante, Bieler (2003), destaca que tais experiências emocionais, por vezes intensas e solitárias, contribuem para a invisibilidade da identidade materna, que passa a ser reduzida à função de cuidadora.

Segundo Cerqueira, Alves e Aguiar (2016), em sua pesquisa, as mães descreveram vivências marcadas não apenas pela luta constante por direitos e inclusão de seus filhos, mas também por um estado corporal de tensão contínua. Relatam estar em constante alerta, com pouco ou nenhum tempo para descanso, devido à dedicação intensa ao cuidado de outro corpo, geralmente de forma solitária. Essa dedicação constante às necessidades dos filhos fazia com que deixassem de lado o cuidado com elas mesmas.

Diante da intensa carga emocional envolvida no acompanhamento de seus filhos com deficiência, as mães destacaram a carência de espaços nos serviços de saúde voltados ao acolhimento e apoio para elas, uma vez que a maioria das ações é direcionada exclusivamente às crianças. Tal cenário evidencia a importância de incluir as mães e familiares nos atendimentos e intervenções realizadas pelos profissionais que atuam com pessoas com deficiência (Cerqueira; Alves; Aguiar, 2016).

Percebe-se, então, que mulheres que são mães de pessoas com deficiência enfrentam uma rotina exaustiva, marcada pela ausência de suporte e pela insuficiência de políticas públicas que contemplem suas necessidades e as de seus filhos. Muitas vezes, sendo obrigadas a dedicar-se integralmente ao cuidado, o que dificulta ou até inviabiliza a realização de outras atividades, levando-as a abrir mão de aspectos de sua própria vida pessoal (Silva, 2022).

### **3 METODOLOGIA**

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que, de acordo com Guerra *et al.*, (2024), representa uma vertente essencial da investigação científica, voltada para a análise detalhada e interpretativa dos fenômenos. Procura compreender a complexidade dos contextos sociais, culturais e pessoais em que os eventos ocorrem. Seus pilares incluem a valorização do significado atribuído pelas pessoas às suas experiências, a consideração da diversidade de pontos de vista e a condução flexível e adaptável do processo investigativo.

A pesquisa foi realizada através do método de observação, que se refere ao uso sistemático dos sentidos para captar informações sobre determinados aspectos da realidade. Essa prática exige um método rigoroso, pautado por regras e critérios

bem definidos. Seu objetivo é reunir evidências concretas que permitam compreender os fenômenos em sua essência. Quando aliada a outras técnicas e instrumentos de pesquisa, a observação contribui para uma percepção mais rica, detalhada e precisa do objeto estudado, favorecendo um entendimento mais completo da realidade investigada (Bufrem; Freitas; Breda, 2011).

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix e foi realizado em uma APAE de uma cidade do interior de Minas Gerais. A instituição atende pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial ou múltipla, abrangendo diferentes faixas etárias, desde crianças até adultos. A APAE conta com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas de Psicologia, Fonoaudiologia, Pedagogia, Nutrição, Assistência Social, entre outras especialidades. A estrutura física da instituição inclui salas adaptadas para atendimentos individuais e em grupo, espaços pedagógicos, biblioteca, piscina e outros recursos voltados à acessibilidade. Os serviços oferecidos visam o apoio educacional, terapêutico e social, promovendo a inclusão, a autonomia e a qualidade de vida das pessoas atendidas.

As observações acontecerão ao longo de 40 horas, divididas em 10 visitas à instituição, entre os meses de agosto a novembro de 2024.

A análise dos dados foi conduzida a partir da triangulação entre os registros obtidos na observação, os registros em diários de campo e o diálogo com a literatura científica que fundamenta a pesquisa. Inicialmente, buscou-se organizar e categorizar as informações coletadas, destacando padrões, recorrências e singularidades. Em seguida, os dados foram interpretados qualitativamente, considerando o contexto em que os participantes estão inseridos, suas condições de trabalho e suas percepções subjetivas. Esse processo visou não apenas descrever os fenômenos observados, mas também relacioná-los a discussões teóricas já consolidadas, possibilitando uma compreensão crítica da realidade estudada.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os casos apresentados a seguir, são uma observação realizada durante entrevistas conduzidas por uma psicóloga no início do ano letivo em uma instituição de ensino da rede pública. A observação integrou uma atividade de

acompanhamento e escuta qualificada de mães de crianças com deficiência, com o objetivo de compreender as principais demandas emocionais, sociais e familiares que emergem nesse contexto. A observação foi registrada no ambiente escolar, no momento de acolhimento e avaliação inicial dos alunos. Para resguardar a identidade e preservar a privacidade dos envolvidos, utilizamos nomes fictícios.

Entre os relatos acompanhados, destaca-se o caso de Flávia, mãe de Téo, um adolescente de 12 anos diagnosticado com epilepsia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Desafiador Opositivo (TDO). A mãe compartilhou, em sua fala, um intenso sofrimento psíquico relacionado à sobrecarga de responsabilidades, às limitações do acesso a serviços especializados e à ausência de uma rede de apoio familiar ou institucional. Flávia exerce duplas jornadas de trabalho – atuando como gari durante o dia e em uma lanchonete no período noturno – para garantir o custeio do tratamento do filho.

Durante a entrevista, Flávia apresentou manifestações claras de sofrimento emocional, visivelmente abalada, chorou intensamente ao relatar as dificuldades enfrentadas no cotidiano, sobretudo em conciliar as exigências da maternidade com a sobrecarga de trabalho e os cuidados constantes com o filho. Flávia verbalizou sentimentos de exaustão física e psíquica, permeados por uma sensação de insuficiência diante das necessidades da criança. Relatou, ainda, desafios recorrentes para compreender e manejar os comportamentos de Téo, especialmente nos episódios de agressividade, o que tem repercutido de forma significativa sobre sua saúde mental. Um dos aspectos mais alarmantes do relato foi a menção a pensamentos suicidas, motivados pela sobrecarga emocional, pela ausência de rede de apoio efetiva e pela sensação de solidão frente às responsabilidades maternas. Flávia compartilhou que, apesar do amor que sente pelo filho, tem dificuldades em aceitar plenamente sua condição, vivenciando angústias relacionadas à imprevisibilidade do futuro e à ineficiência dos serviços especializados e do suporte institucional.

Os cuidadores familiares, especialmente mães, enfrentam não apenas demandas objetivas, como deslocamentos, administração de medicações e acompanhamento escolar, mas também um conjunto de sofrimentos subjetivos que incluem culpa, medo, insegurança e solidão (Foresti; Hodecker; Bousfield, 2021). De

acordo com Gonçalves *et al.*, (2006) e Barbosa e Fernandes (2009), é essencial que o cuidador também receba atenção e suporte. A ausência desse acolhimento pode favorecer o surgimento de problemas de saúde, além de comprometer a qualidade do cuidado oferecido à criança.

Diante da relação de dependência com os filhos e do papel de cuidadoras que lhes é socialmente atribuído, muitas mães acabam negligenciando seu próprio bem-estar. O amor profundo e a pressão social, que frequentemente marginaliza e exclui, contribuem para que elas vivam em função das necessidades da criança, o que leva ao sofrimento e à perda de si mesmas. Desde o nascimento do filho com deficiência, essa autonegação tende a se intensificar e se estender ao longo da vida. Assim, a identidade dessas mulheres como indivíduos é, muitas vezes, obscurecida, ficando reduzida apenas à função materna (Guerra *et al.*, 2015).

Situações igualmente difíceis foram observadas em outras histórias, como a de Felipe, cuja mãe, Luciana, teve seu primeiro filho aos 15 anos, inserida em um contexto de extrema vulnerabilidade e violência. A trajetória de Luciana é marcada por um histórico de violência de gênero, o qual se entrelaça de forma dolorosa com sua experiência como cuidadora. Em seu depoimento, foram relatados episódios recorrentes de agressões físicas e violência sexual, inclusive estupros ocorridos no período pós-parto, sem que houvesse qualquer forma de suporte institucional ou familiar ao longo da gestação e após o nascimento do filho.

Outro caso, refere-se à história de Lucas, uma criança de 9 anos com autismo não verbal. A mãe, ao relatar a rotina com o filho, mostrou hematomas nos braços causados por beliscões constantes durante as crises de agressividade da criança. A mãe relatou que não faz acompanhamento psicológico e não tem suporte adequado, demonstrando sinais de exaustão, conforme enfatizado pela psicóloga.

A vivência da maternidade atípica, especialmente quando associada à deficiência dos filhos, é atravessada por um profundo sofrimento psíquico e social, marcado pela invisibilidade e pela solidão. Mães de crianças com deficiência frequentemente enfrentam um isolamento que não é apenas físico, mas simbólico, pois suas experiências, dores e angústias raramente encontram espaço de escuta ou acolhimento na sociedade (Santos, 2022). Acontece afastamento de círculos sociais, combinado à idealização do papel materno, gerando um ciclo de sobrecarga

e autocobrança, onde essas mulheres se sentem culpadas por não corresponderem a um modelo inatingível de força e resiliência (Araújo, 2014). A relação com o filho, muitas vezes simbiótica, torna-se o principal ponto de apoio, criando um vínculo de resistência frente a um ambiente social que não as reconhece nem oferece suporte adequado (Santos, 2022).

Mesmo percebendo a necessidade de ajuda, muitas mães não buscam auxílio por não considerarem seu sofrimento grave o suficiente — o que reflete um contexto de negligência institucional e cultural com a saúde mental materna (Gilson *et al.*, 2018). Além disso, a cultura de passividade que mantém mães e filhos presos à rotina do lar — agravada por barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais — perpetua o isolamento e dificulta o acesso a políticas públicas. A função materna do cuidado se intensifica em um ciclo que compromete não apenas a saúde das crianças, mas também a integridade psíquica e física das mulheres que as acompanham (Carvalho; Soares, 2017).

A experiência dessas mães está inserida em um ciclo de invisibilidade que se manifesta em diversas frentes, desde o convívio social restrito até a negligência das políticas públicas. Como vivem a maior parte da vida no espaço doméstico, essas mulheres deixam de ser reconhecidas como sujeitos de direitos, tornando-se socialmente invisíveis. Suas necessidades emocionais, físicas e financeiras raramente são incluídas nas estratégias de cuidado oferecidas pelos serviços de saúde, educação ou assistência social, mesmo sendo elas as principais responsáveis pelo bem-estar dos filhos com deficiência (Carvalho; Soares, 2017).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da vivência de estágio na APAE, foi possível constatar que a atenção institucional está majoritariamente voltada aos usuários com deficiência. No entanto, tornou-se evidente a presença de um sofrimento silencioso e contínuo entre as mulheres que os acompanham diariamente. Em sua maioria, essas mães renunciam a seus próprios desejos, projetos de vida e até mesmo à construção de uma identidade pessoal para assumir, quase que integralmente, o papel de cuidadoras. Essa realidade, frequentemente invisibilizada nos discursos e práticas institucionais,

revela uma sobrecarga emocional significativa, manifestada por meio da exaustão, do isolamento social, do sentimento de abandono e da percepção de inutilidade.

Portanto, é fundamental que os olhares se voltem não apenas para as crianças com deficiência, mas também para aquelas que sustentam cotidianamente esse cuidado. O reconhecimento do sofrimento dessas mães exige a criação de políticas públicas que assegurem acolhimento, escuta e suporte concreto. Valorizar essas mulheres é romper com a lógica de abandono e promover, de fato, justiça social. Afinal, cuidar de quem cuida é responsabilidade de todos nós.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Samya Vanessa Soares de. **A invisibilidade das mães atípicas**. Ordem dos Educadores Cristãos Batistas do Brasil, 2014. Disponível em: <https://oecbb.com.br/a-invisibilidade-das-maes-atipicas/>. Acesso em: 09 de maio de 2025.

BARBOSA, M. R. P., & FERNANDES, F. D. M. Qualidade de vida dos cuidadores de crianças com transtorno do espectro autístico. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, 14, 2009. Disponível em: Acesso em: <https://www.scielo.br/j/rsbf/a/9Qxh55Q3dXFJHWHBvmSzGfD/>. 10 de maio de 2025.

BIELER, R. B. Entrevista com Rosângela Berman Bieler. **Revista Sentidos**. out./nov. v. 2, n.4, 2014. p.10- 12, 2004.

BUFREM, Leilah Santiago; FREITAS, Juliana Lazzarotto; BRENDA, Sônia Maria. **Observação como técnica de pesquisa**: análise da produção científica em Ciência da Informação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2011. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/183427#:~:text=Considerando%2Dse%20que%20a%20observa%C3%A7%C3%A3o,e%20crit%C3%A9rios%20que%20o%20estabele%C3%A7am>. Acesso em: 06 de maio de 2025.

CARVALHO, Ana Maria Almeida; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; ALMEIDA, Maria Alice de; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. **Mulheres e cuidado**: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural? Paideia (Ribeirão Preto), 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/9zWkvSsXsgSZQQRss8SKwhS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

CERQUEIRA, Mércia Mascarenhas Fernandes; ALVES, Rafanielly de Oliveira; AGUIAR, Maria Geralda Gomes. Experiências vividas por mães de crianças com deficiência intelectual nos itinerários terapêuticos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.21,

n.10, 2016. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/csc/a/gfrqmPWJFV9vND9zSYQQYwD/abstract/?lang=pt>.  
Acesso em: 19 de mar. de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 23/2022, de 13 de Outubro de 2022.** Brasília: CFP, 2022. Disponível em:  
<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-23-2022-institui-condicoes-para-concessao-e-registro-de-psicologa-e-psicologo-especialistas-reconhece-as-especialidades-da-psicologia-e-revoga-as-resolucoes-cfp-no-13-de-14-de-setembro-de-2007-no-3-de-5-de-fevereiro-de-2016-no-18-de-5-de-setembro-de-2019>. Acesso em 23 de fev. de 2025.

CRUZ, Tainá Alves Rocha da *et al.* Perfil sociodemográfico e participação paterna nos cuidados diários de crianças com microcefalia. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S. l.], v. 27, n. 03, p. 602–614, 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/6WkBRDp4D6h66J5gXjr56Rt/?format=pdf>. Acesso em: 19 de mar. de 2025.

DOYLE, Glennon. **Indomável.** Tradução de Giu Alonso. São Paulo: HarperCollins, 2020.

FORESTI, Taimara; HODECKER, Maísa; BOUSFIELD, Andréa Barbará da Silva. O cuidado na perspectiva de familiares de pessoas com deficiência: revisão integrativa. **Estudos de Psicologia**, v.26, n.4, 2021. Disponível em:  
[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2021000400006](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2021000400006). Acesso em: 09 de maio de 2025.

GILSON, Kim-Michelle; JOHNSON, Shae; DAVIS, Elise; BRUNTON, Susan; SWIFT, Elena; REDDIHOUGH, Dinah; WILLIAMS, Katrina. Necessidades e preferências de cuidados em saúde mental para mães de crianças com deficiência. **Saúde e Desenvolvimento Infantil**, v.44, n.3, 2018. Disponível em:  
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cch.12589>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

Gonçalves L.H.T. *et al.* Perfil da família cuidadora de idoso doente/fragilizado do contexto sociocultural de Florianópolis, SC. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v.15, n.4, 2006. Disponível em: Acesso em:  
<https://www.scielo.br/j/tce/a/7GnbC6cb8wmrLfCg8hNGFRJ/abstract/?lang=pt>. 10 de maio de 2025.

GONDIM, K. M. ; PINHEIRO, P. N. C. ; CARVALHO, Z. M. F. Participação das mães no tratamento dos filhos com paralisia cerebral. **Rev. Rene**, v. 10, n. 4, p. 136-144, out./dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/4393>. Acesso em: 19 de mar. de 2025.

GUEDES, Olegna de Souza; DAROS, Michelli Aparecida. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 1 2009. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/10053/8779>.  
Acesso em 19 mar. de 2025.

GUERRA, Camilla de Sena; DIAS, Maria Djair; FERREIRA FILHA, Maria de Oliveira; ANDRADE, Fábila Barbosa de; REICHERT, Altamira Pereira da Silva; ARAÚJO, Verbena Santos. Do sonho à realidade: vivência de mães de filhos com deficiência. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v.24, n.2, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/DMQ4DjQyYFbJ45VCdDKfhDg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de mar. de 2025.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; STROPARO, Telma Regina; COSTA, Michel da; CASTRO JÚNIOR, Francisco Pires de; LACERDA JÚNIOR, Orivaldo da Silva; BRASIL, Melca Moura; CAMBA, Mariangela. Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 7, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019#:~:text=A%20pesquisa%20qualitativa%20%C3%A9%20uma,contextos%20sociais%2C%20culturais%20e%20individuais>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

MARTEN Milbrath V, CARDOSO Soares D, COELHO Amestoy S, CECAGNO D, CRECENCIA Heckler de SIQUEIRA H. Mães vivenciando o diagnóstico da paralisia cerebral em seus filhos. **Rev Gaúcha**, v. 30, n. 3, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rngenf/article/view/7733>. Acesso em: 19 de mar. de 2025.

OLIVEIRA, D. A. S.; FERREIRA, M. DOS S.; CAVALCANTE NETO, J. L.. Análise de Fatores Sociodemográficos de Duplas Cuidador-Criança/Adolescente com Deficiência: Um Estudo Caso-Controle. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.24, n.3, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/KDLQ8rJHL97fZRCkdcGCj5p/?lang=pt#>. Acesso em: 19 de mar. de 2025.

OLIVEIRA, Juliano Fonseca; FINELLI, Leonardo Augusto Couto. Qualidade de vida de mães com filhos atendidos na APAE de Montes Claros-MG. **Revista Bionorte**, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: [https://revistabionorte.com.br/arquivos\\_up/artigos/a78.pdf](https://revistabionorte.com.br/arquivos_up/artigos/a78.pdf). Acesso em: 05 de maio de 2025.

SAMANTHA Marx, D.; TELES Fregonesi, C.; AMARAL Oliveira, M.. O trabalho da Psicologia dentro da APAE: Caminhos possíveis. 2023. Disponível em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/409>. Acesso em: 23 de fev. de 2025.

SANTOS, P. **Autismo**: uma família atípica—Relato de uma mãe/psicóloga. Curitiba: CRV, 2022.

SOARES, Alessandra Miranda Mendes; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Ser mãe de pessoa com deficiência**: do isolamento à participação social. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, Florianópolis, 2017. Disponível em:

*Anais do FAVE – Fórum Acadêmico do Centro Universitário Vértice - Univértix, Matipó, setembro, 2025.*

[https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14113?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14113?locale=pt_BR). Acesso em: 09 de maio de 2025.

SILVA, Bianca Carvalho. **Experiências de mulheres-mães de pessoas com deficiência:** (in)visibilidades na literatura e na vida. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2022. Disponível em: [https://ri.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/2691/1/Experiencias\\_Mulheres\\_Maes\\_TC\\_C\\_2022.pdf](https://ri.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/2691/1/Experiencias_Mulheres_Maes_TC_C_2022.pdf). Acesso em: 19 de mar. de 2025.

SILVA, Nara Liana Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, v.17, n.2, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-319153>. Acesso em: 19 de mar. de 2025.